

A corrida da sucessão tem 4 nomes à frente

A campanha à sucessão presidencial já está em pleno andamento, com pelo menos quatro candidaturas já definidas — a do ministro Aureliano Chaves; a do ex-governador Franco Montoro; a do também ex-governador Leonel Brizola, — lançando ontem, no programa do PDT na TV, e a do líder do PT, Luis Inácio Lula da Silva — a ser lançada oficialmente no próximo dia 13. Há ainda a virtual candidatura do ex-presidente João Figueiredo, considerada uma opção mais à direita em relação aos demais candidatos a candidato.

O ministro Aureliano Chaves admite ser o candidato à sucessão do presidente José Sarney a partir de um acordo que garanta pelo menos dois anos de governo presidencialista, antes da adoção do sistema parlamentarista de governo. Assim, o presidente do PFL, senador Marco Maciel, pretende defender a adoção do novo sistema somente após o final do mandato do próximo Presidente da República. Mas tem o aval de Aureliano para ceder à implantação do regime de gabinete no início do terceiro ano de mandato.

De qualquer forma, o ministro das Minas e Energia, em entrevista concedida ontem, pela manhã, afirma que essa autorização para o lançamento de seu nome à Presidência não implica que a candidatura já esteja lançada. "Não se deve cuidar de qualquer tipo de lançamento antes da promulgação do texto constitucional", disse Aureliano. Entende o ministro que todos os esforços devem ser concentrados para se extrair um bom texto de Constituição, sintonizado

com as necessidades da sociedade brasileira. Aureliano se diz sem disposição para apresentar seu nome em um regime parlamentarista e depois, no exercício da função, contribuir para solapar o sistema de governo. O ministro assegura que "isso não é do seu feitio".

Confirmação

O ex-governador Franco Montoro, de São Paulo, admitiu ontem, que dentro do quadro definitivo de um mandato de quatro anos para o atual Presidente, e em um regime parlamentarista, é candidato à Presidência nas eleições previstas para novembro de 1988. Montoro afirmou que ao retornar de sua viagem à Europa — encontra-se em Roma — vai encontrar-se com as lideranças do PMDB para traçar um perfil do atual quadro político. "Se os companheiros do partido acharem por bem escolher meu nome, aceitarei o desafio", afirmou Montoro.

Dentro do PMDB são apresentadas ainda as possíveis candidaturas do senador Mário Covas, do governador Orestes Quêrcia, de São Paulo, e do governador Miguel Arraes, de Pernambuco. O senador Mário Covas líder do PMDB, reafirma sua convicção de sair candidato apenas na eventualidade de obter a aprovação da maioria do partido. Já o governador Orestes Quêrcia, é o preferido dentro da estratégia estabelecida pelos governadores do PMDB, reunidos no Rio de Janeiro para discutir a sucessão de Sarney um nome saído dentro os governadores eleitos no pleito de 15 de novembro de 1986.

Sarney afirma que obedece à Constituinte

"Já estou convidando os parlamentaristas para a missa de 7º dia", ironizou ontem o líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), ao considerar como tese derrotada a aprovação do parlamentarismo pelo plenário da Constituinte, após o episódio de redução do mandato do presidente Sarney para quatro anos. O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS) diz que há um equívoco nesse raciocínio, pois está se confundindo, segundo ele, o parlamentarismo previsto nas disposições permanentes com o das disposições transitórias.

A diferença está na adoção do novo regime de governo e a data da implantação desse novo sistema, observa Chiarelli, que é parlamentarista mas admite que não há como implantá-lo de imediato. Segundo o líder no Senado, quem está realmente interessado na vitória do parlamentarismo como novo sistema de governo não pode mesmo pleitear sua implantação para 15 de março de 1988, pois não haveria o indispensável preparo para sua implantação. Mas o parlamentarismo previsto nas disposições permanentes, ou seja, a adoção do novo modelo institucional como a melhor opção para o País, está longe de ser derrotado.

O líder José Lourenço continua acreditando, porém, que a aprovação do parlamentarismo na Comissão de Sistematização foi resultado apenas da "pressão ostensiva" dos governadores de Pernambuco e da Bahia e não passou de uma "tentativa de golpe". Mas agora, segundo ele, já estão sendo adotadas "ações políticas" que possam neutralizar a ação dessas forças. O líder disse que pretende reunir-se com a bancada do PFL apenas para "ampliar" a margem a favor do presidencialismo, pois ela já é majoritária, segundo garante. As previsões do deputado José Lourenço, no entanto, não têm sido confirmadas até agora e assistiu a inúmeras derrotas em plenário.

Sant'Anna diz que insistirá na reversão

Salvador — O líder do Governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) garantiu ontem, em Salvador, que vai trabalhar com afinco para reverter, no plenário, a decisão da Comissão de Sistematização de fixar em quatro anos a duração do mandato do presidente Sarney. Segundo ele, a Comissão de Sistematização, com essa decisão, "impôs uma cassação ao Presidente".

Dizendo-se "em compasso de espera", ele explicou que a reversibilidade ou não da decisão da Comissão de Sistematização vai depender da repercussão que ela obter junto à opinião pública.

"Se a fixação dos quatro anos de mandato desencadear, como acreditamos que ocorrerá, uma mobilização popular pelas diretas em 1988, não adianta ficar na contramão da história", disse ele, acrescentando que, nessa hipótese, o Presidente e seu Governo irão se abstrair de paixões partidárias e se concentrar na execução do projeto administrativo.

Se, ao contrário a decisão da Comissão de Sistematização, não encontrar respaldo junto à opinião pública, segundo o raciocínio de Sant'Anna, vai ficar claro que o mandato de quatro anos foi estabelecido apenas em função de questões internas da Constituinte.

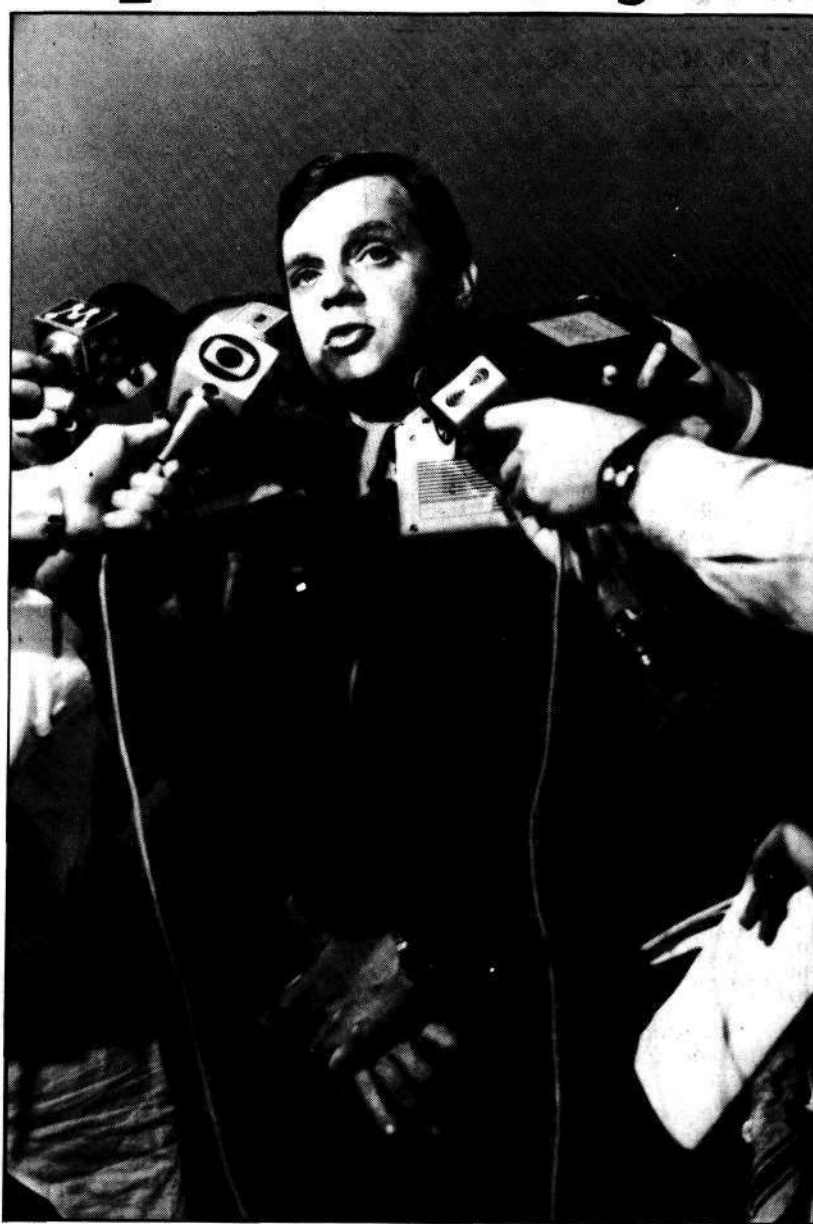
Newton já não defende tanto os cinco anos

Belo Horizonte — O governador de Minas, Newton Cardoso, já não defende com tanta ênfase um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Ultimamente, nas suas entrevistas, a exemplo do que aconteceu em Divinópolis, a oeste de Minas, onde foi dar início às obras de construção do aeroporto local, o governador foi reticente quanto à duração do mandato do presidente da República. Entretanto, afirmou que o PMDB ainda dispõe de tempo suficiente para reverter o que a Sistematização aprovou. "O partido tem tempo para fazer uma reavaliação da sua potencialidade" — disse. "Não sei, é difícil, fica aí um apelo, talvez".

Cardoso se encontrou com o governador Epitácio Cafeteira, do Maranhão, em Brasília, "para uma conversa de entendimento amplo". Na realidade, o que o governador mineiro está tentando é reunificar "o pensamento dos governadores". O PMDB não pode "falar duas línguas", porque somos da mesma sepa".

Cardoso vai-se encontrar, hoje com o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, com quem terá um encontro reservado no Palácio das Mangabeiras. Entretanto, até o princípio da noite de ontem a assessoria do Arraes não havia confirmado a ida do governador a Belo Horizonte.

Cresce apoio a eleições gerais



Jereissati é um dos governadores que defende eleições gerais

Ulysses recebe em casa líderes da ex-aliança

São Paulo — Parecia até uma reunião para ressuscitar a Aliança Democrática. Primeiro, entraram na casa o ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, e o senador Marco Maciel, presidente nacional do PFL. Em seguida chegou Prisco Viana, da Habitação e Desenvolvimento Urbano, o ministro mais íntimo do presidente José Sarney — ambos, ex-líderes do PDS. Durante uma hora e meia, ontem à tarde no sobradão da rua Campo Verde, 418, nos Jardins, onde o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães convalesce dos seus problemas no coração, abriu parte do alto comando da falecida Aliança Democrática, mas desta vez não surgiu nenhum acordo de salvação nacional.

Só num ponto o anfitrião e as visitas estão de acordo: vão todos lutar juntos para manter o regime presidencialista de governo no plenário da Constituinte, derrubando o parlamentarismo aprovado na Comissão de Sistematização. A saída, Aureliano Chaves negou qualquer possibilidade de se refazer a Aliança Democrática: "Não vim aqui para fazer acordos, mas para visitar um amigo a quem prezo muito".

O ministro das Minas e Energia foi o mais incisivo na defesa do presidencialismo. Ao ser indagado se aceitaria ser candidato à presidência caso o parlamentarismo passe no plenário da Constituinte, Aureliano foi enfático: "Claro que não".

Marco Maciel garantiu que o PFL vai confirmar o mandato de quatro anos para Sarney no plenário e adiantou que já existe um consenso no partido para lançar Aureliano Chaves como candidato à Presidência: "A tendência é sacramentar as eleições presidenciais em 1988, um fato irreversível, como já disse o próprio presidente Sarney. E cabe agora ao partido lançar um candidato e começar a campanha".

Todos os políticos que estiveram com Ulysses afirmaram, antes de entrar na casa, que não fariam de política — e todos

sairam do sobradão da rua Campo Verde, nos Jardins só falando de política. Humberto Lucena (PMDB-PB), presidente do Senado, depois de dizer que pretendia apenas "confraternizar-me com o amigo e companheiro que está voltando e salvo ao nosso convívio", deixou escapar, no final da visita, que Ulysses se mostrou muito satisfeito com a decisão do presidente Sarney de não mais interferir na discussão sobre o seu mandato e daqui para a frente cuidar só das tarefas administrativas.

Lucena foi reticente na questão da duração do mandato do presidente Sarney, alegando que a Constituinte só deverá ser promulgada em março ou abril. "Receio que se o trabalho da Constituinte se prolongar, o processo eleitoral possa prejudicá-la, uma vez que o Congresso ainda terá que votar as leis complementares e as leis ordinárias", disse. Em todo caso, o presidente do Senado assegurou que se empenhará bastante para fazer aprovar uma emenda sua propondo um plebiscito sobre o regime de governo 60 dias após a promulgação nova Constituição.

Promulgação Prisco Viana levou a Ulysses prognósticos mais otimistas, prevendo que a nova Constituição poderá ser promulgada já no início do ano. Ele não acredita que o mandato de quatro anos para Sarney seja irreversível, mas entende que a decisão da Comissão de Sistematização acabou "sepultando o parlamentarismo". Pelo jeito, Prisco acredita que ainda possa haver uma reviravolta no plenário nesta questão do mandato de Sarney.

O ministro da Habitação e Desenvolvimento Urbano deixou claro que se tratou de uma visita de caráter pessoal e não em nome do presidente José Sarney. "O presidente Sarney já ligou duas vezes hoje (ontem) para o presidente Ulysses e não precisa de intermediários", Ulysses Guimarães permaneceu descansando em sua casa e volta no fim da tarde de amanhã para Brasília.

Popularidade de Álvaro dá respaldo ao partido

Curitiba — A popularidade conquistada pelo governador Alvaro Dias do Paraná, está fazendo bem ao seu partido, o PMDB, a julgar pelo resultado de uma pesquisa, realizada recentemente pelo instituto Gallup, que procurou identificar o grau de aceitação dos partidos políticos brasileiros junto ao eleitorado. Embora a verdadeira crise de desesperança e de falta de credibilidade na classe política venha aumentando nos últimos meses, os peemedebistas do Paraná, pelo menos, ainda contam com significativo respaldo popular.

A pesquisa indica, por exemplo, que o Paraná é o único Estado da Federação onde o PMDB recebeu um índice de 52% de aprovação, ao contrário de outros grandes estados, que mesmo oferecendo nomes importantes para a política do País, não apresentaram o mesmo resultado paraneense. Em São Paulo, o partido de Orestes Quêrcia está atrás do PT, de Luis Inácio Lula da Silva. No Rio de Janeiro, a situação dos peemedebistas é ainda pior: perde espaço para o PDT do ex-governador Leonel Brizola e também para o Partido dos Trabalhadores. Já no Rio Grande do Sul, a estrela do governador Pedro Simon é ofuscada, respectivamente, pelo brilho do PDT, PT

e PFL. Em Minas Gerais, apesar do esforço de Newton Cardoso, o PMDB mineiro cede espaço para o PFL.

Performance

Segundo os dados oferecidos pela pesquisa do Instituto Gallup, não há segredo na posição alcançada pelo PMDB do Paraná. A diferença de aprovação, contudo, é atribuída a performance do Governador Alvaro Dias. No Estado, a posição do partido está estritamente associada à postura adotada pelo governador, que vem alcançando, desde que assumiu a chefia do Executivo Estadual, em março passado, altos índices de popularidade junto ao eleitorado paraneense.

O desempenho do governador Alvaro Dias, atesta o Gallup, é o principal componente para a aprovação do seu partido político. Os eleitores consultados na pesquisa associaram o nome do governador com o partido que está no poder. Como Alvaro Dias desfruta de grande apelo popular, esse aspecto foi agregado às estatísticas que definiram a aprovação contra a corrupção e impunidade e a correção nos atos administrativos também foram pontos destacados para a performance do partido.

A tese das eleições gerais em 88 começa a crescer entre os governadores. Agora já são quatro os que defendem eleições em todos os níveis, no próximo ano: Tasso Jereissati, do Ceará; Alberto Silva, do Piauí e Hélio Gueiros, do Pará. Anteriormente, o governador Alvaro Dias, do Paraná, já se manifestara pelas eleições gerais em 88.

Ontem, logo após a audiência com o presidente Sarney, Jereissati afirmou que aceita eleições em todos os níveis no próximo ano, afirmando ainda que o presidente da República "está de acordo com a tese". Ele ressaltou ainda que Sarney se mantém firme no propósito de não interferir no processo, assumindo a posição de "magistrado".

Com críticas à Comissão de Sistematização, o governador Hélio Gueiros também é favorável às eleições gerais dentro de um ano. "Se quiserem acabar com todos os mandatos, inclusive o meu — disse Gueiros — no próximo ano, estou plenamente de acordo. O que acho injusto é discriminar apenas o mandato do presidente da República. Isto não é justo porque significa que os parlamentares estão legislando em causa própria. O ideal, já que defendemos as eleições em 88, é que se faça uma renovação geral, de vereador a presidente da República".

Pressão

Hélio Gueiros não esconde seu propósito de interferir no plenário da Constituinte, pressionando a bancada paraense que lhe é fiel a votar de acordo com as teses defendidas pelo presidente Sarney: mandatos de cinco anos e presidencialismo.

"A mostra da Comissão de Sistematização — afirmou o governador paraense — é falsa. Ela não reflete, absolutamente, o pensamento do plenário. Não se pode confiar naqueles números da Comissão, porque nem todos os segmentos da Assembléia Constituinte estão representados, portanto, quando começar a votação do plenário, eu garanto a minha bancada. Só não conto com três deputados do PMDB e dois entre estes três (Admir Andrade e Almir Gabriel) estão na Comissão de Sistematização".

Já o governador do Piauí, Alberto Silva, não acredita em reversão do quadro na votação do plenário. Na sua opinião, o parlamentarismo cai mas permanecem os quatro anos para Sarney. Ele também criticou a Comissão de Sistematização, afirmando que por mais poderes que tenha a Constituinte, "ela não tem o direito de subtrair um dia sequer do mandato do Presidente". Mas, caso seja mantido pelo plenário as eleições para Presidente em 88, Alberto Silva prefere "que sejam gerais para se começar de novo".

Para Ibsen, voto legítimo os eleitos

Porto Alegre — O líder da bancada do PMDB na Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro, condenou ontem a proposta de realização de eleições gerais após a promulgação da nova Constituição. "Não há por que contestar a legitimidade de mandatos que têm origem no voto popular", argumentou ao rejeitar a proposta defendida por alguns governadores de seu partido.

Porém, o peemedebista previu que seu partido conquistará grandes vitórias nas eleições municipais do próximo ano e na presidencial, que julga difícil de evitar, embora tenha votado pelos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney.

Sua expectativa baseia-se no texto de boa qualidade que o PMDB está conseguindo assegurar na Constituinte. Embora reconheça que o projeto da Comissão de Sistematização não seja o ideal, ele entende que "está muito próximo do que a sociedade brasileira deseja". E acrescenta: "Não vamos fazer no papel a revolução que o povo não fez nas ruas".

Alves vai defender redução de mandato

No caso de o plenário da Constituinte ratificar os quatro anos de mandato para o presidente José Sarney, aprovado pela Comissão de Sistematização, o ministro do Interior, João Alves, irá defender as realizações de eleições gerais para o próximo ano. A afirmação foi feita pelo próprio titular da Pasta do Interior, em entrevista coletiva, concedida após a posse dos novos titulares da Sudene, Paulo Gamen Souto, e Waldemir Messias de Araújo, no Banco da Amazônia — S. A.

"Se o plenário da Constituinte definir a redução do mandato do presidente Sarney, eu defenderei eleições gerais", assegurou o ministro João Alves. Ele fez questão de ressaltar, no entanto, ser essa uma posição pessoal e que, portanto, não estava falando em nome de seu partido, o PFL.

Indagado sobre a possibilidade da nomeação do novo superintendente da Sudene, Paulo Gamen Souto, vir a criar problemas com os governadores da Bahia, Waldir Pires, e de Pernambuco, Miguel Arraes, por ser o novo titular do órgão ligado ao ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, o ministro João Alves preferiu escapar com respostas evasivas. "Tenho mantido o melhor nível de entendimento com os governadores da região. Se eu, como ministro do Interior, exercito o cargo dessa forma, é claro que os órgãos subordinados à minha Pasta terão que seguir a mesma filosofia", afirmou o Ministro.

Cardoso pede tempo ao PMDB sobre candidato

Recife — O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, disse ontem que, mesmo admitindo ser legítimo o movimento em torno do lançamento de candidaturas à Presidência da República, o PMDB deve esperar pelo fim dos trabalhos da Constituinte para poder se fixar em algum nome. Segundo ele, a proposta do governador Orestes Quêrcia, que quer o partido definindo logo o seu candidato, expressa a vontade de todos os brasileiros, "mas antes temos que ver como ficará o Brasil para depois saber quem são os candidatos".

Fernando Henrique não acredita que, com essa proposta, o governador de São Paulo esteja

defendendo causa própria. "Ele não precisa de defesa, pois já é um presidencialista". Observou que, dentro do PMDB, existem outros nomes em condições de disputar a Presidência.

Sobre a conversa que manteve com o governador Miguel Arraes, Fernando Henrique negou que tenha tentado demover o governador da tese presidencialista. Garantiu que falou com Arraes sobre "as mesmas inquietudes de Fernando Lyra ou Orestes Quêrcia", ou seja, como definir uma candidatura que aglutine o partido e que leve adiante um projeto de reforma.

Pela primeira vez, Lyra admitiu a realização de um plebiscito para legitimar o parlamentarismo.



O ministro Prisco Viana desmente que Sarney fará retaliações

Prisco vê mudança de sistema

São Paulo — A decisão da Comissão de Sistematização por um mandato de quatro anos sepultou o parlamentarismo. Essa avaliação foi feita ontem no Palácio dos Bandeirantes, pelo ministro Prisco Viana, da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, acrescentando ainda que o plenário não irá discutir essa questão nos próximos 60 dias, ou seja, a votação da duração do mandato do Presidente e do regime de governo não ocorrerá antes do fim de janeiro do próximo ano. Por outro lado, Prisco Viana aproveitou para desmentir notícias de que o presidente José Sarney pretenda promover retaliações contra os indicados por políticos que votaram, na Comissão de Sistematização, por um mandato de quatro anos.

Prisco Viana garantiu ainda que o presidente José Sarney não está disposto e nem pretende negociar, com os "quatro-anistas", na ten-

tativa de fazer com que, em plenário, seja mantido um mandato de cinco anos: "O Presidente tem uma posição conhecida, que não foi reformada, mas ele espera que a Assembléia Constituinte resolva definitivamente essa questão. Mas, em momento nenhum aceitei negociar o mandato, pois o mandato nunca foi colocado por ele como uma questão de interesse pessoal que pudesse ser objeto de uma transição".

Por outro lado Prisco Viana acredita que o plenário irá aprovar os quatro anos para Sarney e por um regime presidencialista, garantindo ainda que, isso ocorrendo, Sarney será o primeiro a reconhecer essa decisão, trabalhando para eleger seu sucessor: "Se a decisão da Assembléia Constituinte for por quatro anos, o presidente Sarney não será o último a chegar às eleições. Será o primeiro".

Líder ironiza parlamentarismo

O presidente José Sarney reafirmou ontem, durante o programa semanal "Conversa ao Pé do Rádio", sua disposição de acatar integralmente a decisão da Assembléia Nacional Constituinte de fixar o seu mandato em quatro anos. "A decisão que vier a ser adotada, soberanamente, pela Assembléia Nacional Constituinte terá meu decidido apoio, inclusive a realização de eleições em 1988", disse ele, depois de lembrar que a Comissão de Sistematização "decidiu o assunto semana passada".

O Presidente, de quem já fizera durante a visita de quarta-feira passada a Porangatu, Goiás, afirmou que, daqui por diante, sua preocupação é com os problemas administrativos do País. "Eu agora estou decidido a me dedicar de corpo e alma aos nossos problemas administrativos. Devemos, quando não podemos concluir, deixar irreversíveis alguns projetos da maior importância para o nosso povo".

Em outro trecho do seu programa, transmitido por todas as emissoras de rádio do País, Sarney afirmou: "Estou aqui para cumprir com o meu dever. Não tenho projeto pessoal e executo um projeto político, que é o projeto da transição democrática. Todos se lembram que eu tive a iniciativa de convocar a Assembléia Nacional Constituinte e em nenhum momento interferi na sua liberdade e soberania. Há cerca de 10 meses fui à televisão e expus às brasileiras e brasileiros minha opinião sobre algumas questões que estavam sendo discutidas, entre as quais a duração do meu mandato, de modo que se pudesse concluir o ordenamento jurídico da Nação e o processo de transição democrática".

Disse, ainda: "Me recusei sempre a negociar qualquer fórmula que fosse nociva ao meu País. Portanto, a que vier a ser adotada pela Assembléia Nacional Constituinte terá o meu decidido apoio".